

IDEAU

**O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: DESAFIOS,
PERSPECTIVAS DE SUPERAÇÃO E O PAPEL DA EDUCAÇÃO
ESCOLAR**

**STRUCTURAL RACISM IN BRAZIL: CHALLENGES,
PROSPECTS FOR OVERCOMING IT, AND THE ROLE OF
SCHOOL EDUCATION**

**EL RACISMO ESTRUCTURAL EN BRASIL: RETOS,
PERSPECTIVAS DE SUPERACIÓN Y EL PAPEL DE LA
EDUCACIÓN ESCOLAR**

José Flávio da Paz

Doutor em Estudos Literários, Centro Cultural, Educacional e Tecnológico Para a Paz (FAPAZ), São Gonçalo do Amarante, Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: jfp1971@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6600-9548>

Kellison Lima Cavalcante

Doutor em Educação, Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), Petrolina, Pernambuco, Brasil. E-mail: kellison.cavalcante@ifsertao-pe.edu.br
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5750-9076>

Mádson Ribeiro da Silva

Mestre em Educação, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: madsonribeiro16@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0456-3720>

Rute Barboza da Silva

Doutoranda em Educação, Universidad Nacional de Rosario, Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: rutebarboza70@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6758-0706>

Walter Brito Bezerra Júnior

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University, Flórida, Estados Unidos. E-mail: walter.jr1993@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa o racismo estrutural no Brasil, com foco no impacto da discriminação racial na educação escolar e nas estratégias para superação dessa realidade. O racismo está presente nas práticas educativas, nos currículos e na gestão das instituições de ensino, contribuindo para a marginalização da

DOI:10.55905/reiv6n1-024

Submitted on: 3.1.2026 | Accepted on: 3.3.2026 | Published on: 3.10.2026

população negra e a perpetuação da desigualdade étnico-racial. O estudo propõe uma reflexão sobre as ações afirmativas e a implementação de uma educação antirracista como formas de promover a inclusão e a equidade no sistema educacional. A metodologia utilizada é uma revisão literária crítica sobre o tema, com ênfase na produção acadêmica de autores como Silvio Almeida, Kabengele Munanga e Beatriz Nascimento, que discutem a relação entre racismo e educação no Brasil. O estudo aponta que a educação é um campo crucial na construção de uma sociedade mais justa, evidenciando o racismo estrutural no acesso à educação de qualidade, no currículo e na formação de professores. O trabalho defende a implementação de políticas educacionais que promovam a valorização da cultura negra, o ensino da história africana e afro-brasileira, e a formação crítica e antirracista dos docentes. Por fim, o estudo sugere que a reparação histórica e a promoção da igualdade étnico-racial são passos essenciais para superar as dificuldades enfrentadas pela população negra no sistema educacional e construir um futuro mais justo e equitativo para todos os estudantes, independentemente de sua cor ou origem.

Palavras-chave: Racismo Estrutural. Educação Escolar. Educação Antirracista. Desigualdade Étnico-Racial. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study analyzes structural racism in Brazil, focusing on the impact of racial discrimination in school education and strategies for overcoming this reality. Racism is present in educational practices, curricula, and the management of educational institutions, contributing to the marginalization of the black population and the perpetuation of ethnic and racial inequality. The study proposes a reflection on affirmative action and the implementation of anti-racist education as ways to promote inclusion and equity in the educational system. The methodology used is a critical literature review on the topic, with an emphasis on the academic work of authors such as Silvio Almeida, Kabengele Munanga and Beatriz Nascimento, who discuss the relationship between racism and education in Brazil. The study points out that education is a crucial field in building a more just society, highlighting structural racism in access to quality education, in the curriculum, and in teacher training. The work advocates for the implementation of educational policies that promote the appreciation of Black culture, the teaching of African and Afro-Brazilian history, and the critical and anti-racist training of teachers. Finally, the study suggests that historical reparations and the promotion of ethnic and racial equality are essential steps toward overcoming the difficulties faced by the Black population in the educational system and building a more just and equitable future for all students, regardless of their color or origin.

Keywords: Structural Racism. School Education. Anti-Racist Education. Ethnic-racial Inequality. Public Policies.

RESUMEN

Este trabajo analiza el racismo estructural en Brasil, centrándose en el impacto de la discriminación racial en la educación escolar y en las estrategias para

superar esta realidade. El racismo está presente en las prácticas educativas, en los planes de estudio y en la gestión de las instituciones educativas, lo que contribuye a la marginación de la población negra y a la perpetuación de la desigualdad étnico-racial. El estudio propone una reflexión sobre las acciones afirmativas y la implementación de una educación antirracista como formas de promover la inclusión y la equidad en el sistema educativo. La metodología utilizada es una revisión bibliográfica crítica sobre el tema, con énfasis en la producción académica de autores como Silvio Almeida, Kabengele Munanga y Beatriz Nascimento, que discuten la relación entre racismo y educación en Brasil. El estudio señala que la educación es un campo crucial en la construcción de una sociedad más justa, poniendo de manifiesto el racismo estructural en el acceso a una educación de calidad, en el plan de estudios y en la formación de los docentes. El trabajo defiende la implementación de políticas educativas que promuevan la valorización de la cultura negra, la enseñanza de la historia africana y afrobrasileña, y la formación crítica y antirracista de los docentes. Por último, el estudio sugiere que la reparación histórica y la promoción de la igualdad étnico-racial son pasos esenciales para superar las dificultades a las que se enfrenta la población negra en el sistema educativo y construir un futuro más justo y equitativo para todos los estudiantes, independientemente de su color u origen.

Palabras clave: Racismo Estructural. Educación Escolar. Educación Antirracista. Desigualdad Étnico-Racial. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil se apresenta como uma nação marcada pela diversidade racial, mas, ao mesmo tempo, suas estruturas sociais e políticas evidenciam profundas desigualdades baseadas na cor da pele. A população negra, apesar de ser a maioria no país, continua a enfrentar sérios desafios em diversas áreas, como educação, saúde, segurança pública e mercado de trabalho. O conceito de racismo estrutural tem sido central para entender essa realidade, pois ele vai além das atitudes individuais discriminatórias, refletindo práticas e normas incorporadas nas instituições que perpetuam a desigualdade racial.

É essencial compreender o racismo estrutural para abordar as causas profundas da discriminação racial no Brasil. Em oposição a uma abordagem que o vê como um problema restrito a preconceitos individuais, o racismo estrutural está enraizado em práticas cotidianas e em políticas públicas que,

historicamente, favorecem a população branca, enquanto marginalizam os negros. A perpetuação desse quadro é reforçada pela ideologia do mito da democracia racial, que mascara as desigualdades raciais ao promover a ideia de uma convivência harmônica entre brancos e negros, sem conflitos raciais significativos.

Este texto visa analisar o conceito de racismo estrutural, os efeitos do mito da democracia racial e discutir as possíveis soluções para combater as desigualdades raciais no Brasil, com base em estudos acadêmicos e pesquisas recentes sobre o tema.

O conceito de racismo estrutural foi introduzido e se consolidou nos estudos de vários pesquisadores, como Silvio Almeida (2019) e Kabengele Munanga (2004). Segundo Almeida, o racismo estrutural é um fenômeno social que se reflete não apenas em ações individuais, mas em práticas e normas enraizadas nas instituições. Ele argumenta que o racismo no Brasil é resultado de um processo histórico que remonta à escravidão, quando as relações raciais foram sistematicamente organizadas para favorecer os brancos e subordinar os negros.

Munanga, por sua vez, aponta que, no Brasil, o racismo não se limita a expressões explícitas de preconceito ou discriminação, mas se manifesta de maneira velada, nas estruturas sociais e nas relações de poder. Para o autor, o racismo estrutural é uma das principais causas da marginalização da população negra, que, apesar de ser numericamente maior, continua a ocupar as camadas mais baixas da hierarquia social e econômica.

A principal característica do racismo estrutural é a invisibilidade das práticas discriminatórias. Elas não se apresentam necessariamente em atos de agressão ou ofensas diretas, mas se perpetuam em processos de exclusão social e econômica que favorecem a população branca. Nancy Fraser (2002), filósofa crítica da justiça social, argumenta que o racismo estrutural deve ser entendido como parte de uma desigualdade mais ampla que envolve o acesso desigual a recursos e direitos, como educação, saúde e segurança. Para ela, a luta contra o racismo precisa ir além de um simples combate ao preconceito,

devendo envolver mudanças nas próprias estruturas sociais que reproduzem a desigualdade.

A presença de instituições racistas, como o sistema de justiça, a polícia e o mercado de trabalho, é um dos elementos centrais para a compreensão do racismo estrutural. As instituições não são neutras; elas funcionam de maneira a reproduzir as desigualdades raciais ao longo do tempo. O mercado de trabalho, por exemplo, está fortemente segmentado, com os negros ocupando as posições mais precárias e recebendo salários inferiores aos de seus colegas brancos. A educação, por sua vez, é marcada por uma discriminação implícita, que se reflete na ausência de representatividade negra nos currículos e na baixa taxa de conclusão de cursos superiores por parte dos negros.

Uma das ideias que mais contribui para a perpetuação das desigualdades raciais no Brasil é o mito da democracia racial. Proposto como um modelo de convivência harmônica entre as diversas etnias no país, o mito da democracia racial sugere que o Brasil não teria os mesmos conflitos raciais observados em outras partes do mundo, como nos Estados Unidos, onde a segregação racial foi explicitamente legalizada. A ideia de que o Brasil seria uma "nação sem racismo" ganhou popularidade, principalmente a partir da década de 1930, com os discursos de intelectuais como Gilberto Freyre, que, em sua obra *Casa Grande & Senzala* (1933), propôs a tese de que a miscigenação racial teria levado a uma convivência pacífica e sem grandes tensões entre brancos e negros.

Entretanto, ao longo dos anos, o mito da democracia racial tem sido amplamente contestado por estudiosos do racismo e da história social brasileira. Para Florestan Fernandes (1965), o Brasil nunca foi uma sociedade igualitária, e a convivência entre brancos e negros sempre foi marcada por um forte sistema de exclusão e desigualdade. O mito da democracia racial, segundo ele, apenas mascararia as profundas discriminações que os negros enfrentam, sobretudo nas esferas políticas e econômicas.

O problema do mito da democracia racial, como aponta Silvio Almeida, é que ele cria a falsa impressão de que o Brasil seria uma exceção no cenário global de desigualdade racial. Ao sugerir que não há racismo significativo no País, esse mito desvia a atenção para as reais necessidades de políticas

públicas afirmativas e de uma conscientização racial. Como resultado, os avanços no combate ao racismo acabam sendo lentos e limitados, já que a sociedade em geral não reconhece a gravidade e a profundidade do problema.

2 O IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO DO RACISMO ESTRUTURAL

O racismo estrutural no Brasil, como vimos, se reflete em diversas dimensões da sociedade. Um dos efeitos mais devastadores desse fenômeno é a perpetuação das desigualdades econômicas e sociais entre negros e brancos. Estudos como o de Carlos Hasenbalg (2005) apontam que as desigualdades no mercado de trabalho são um reflexo direto do racismo estrutural. A pesquisa de Hasenbalg identificou que, mesmo com o fim da escravidão, os negros continuaram a ocupar as camadas mais baixas da hierarquia social e econômica, sendo mais vulneráveis ao desemprego e à subempregabilidade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra representa cerca de 56% da população total do país, mas os dados sobre renda e empregabilidade são alarmantes. Em 2021, os negros ganhavam, em média, 56% do que os brancos recebiam, um reflexo claro da discriminação racial no mercado de trabalho (IBGE, 2021). Além disso, a taxa de desemprego entre negros é consistentemente mais alta do que entre brancos, refletindo as barreiras que esses indivíduos enfrentam para acessar postos de trabalho de qualidade e bem remunerados.

Esse cenário de desigualdade também se reflete no campo da educação, uma das principais áreas afetadas pela discriminação racial. Embora o Brasil tenha avançado com políticas públicas como as ações afirmativas para a população negra, ainda há um grande abismo entre as taxas de escolarização de negros e brancos. Segundo Jessé Souza (2021), as políticas de cotas raciais nas universidades públicas foram um avanço importante, mas o racismo institucional ainda persiste no sistema educacional. A ausência de uma educação inclusiva, com currículos que contemplem a história e a cultura afro-brasileira, e a escassez de professores negros nas escolas são fatores que perpetuam a desigualdade educacional entre negros e brancos.

Fraser (2002), em seu trabalho sobre justiça social, argumenta que o racismo estrutural no Brasil não pode ser entendido apenas em termos de desigualdade de oportunidades, mas também como uma questão de reconhecimento. A filósofa defende que a exclusão das populações negras nas esferas de poder e decisão é uma forma de desvalorização da identidade e da cultura dessas populações, o que contribui para sua marginalização e para a falta de representação.

2.1 A PERPETUAÇÃO DO RACISMO: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E A INVISIBILIDADE DO RACISMO

As instituições brasileiras, como a polícia, o sistema de justiça e as corporações privadas, desempenham um papel central na manutenção das desigualdades raciais. Felipe da Silva Freitas, na obra *Violência no Brasil: desafio das periferias* (2022), em seu estudo sobre a violência policial no Brasil, argumenta que as forças de segurança públicas no país têm um histórico de brutalidade e discriminação contra a população negra. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), 75% das vítimas de homicídios no Brasil são negras, sendo que a maior parte desses homicídios ocorre em bairros periféricos, onde a população negra é predominante.

Esse contexto de violência e discriminação é reflexo de uma longa história de criminalização da população negra, que começou com a escravidão e se perpetuou através de políticas públicas que reforçam estereótipos raciais. Beatriz Nascimento (2021), em seu trabalho sobre as relações raciais no Brasil, destaca que a violência policial contra negros é uma forma de controle social, que visa manter a população negra na posição de subordinação e marginalização. Nascimento analisa como o racismo policial e as práticas de encarceramento em massa são formas de criminalização do povo negro, que está historicamente relacionado ao tráfico de drogas e à pobreza, mesmo quando o envolvimento com atividades criminosas não é uma realidade para a maioria dessa população.

Por outro lado, a educação e o sistema de justiça também contribuem para a invisibilidade do racismo. A falta de representatividade negra em cargos de liderança e em posições de poder nas principais instituições do país perpetua a ideia de que o racismo é uma questão “individual” e não uma questão estrutural. A falta de mecanismos de responsabilização efetiva para as instituições que praticam discriminação racial também alimenta a invisibilidade do problema, tornando as desigualdades raciais cada vez mais profundas.

A ideia de racismo estrutural não é apenas uma questão de práticas discriminatórias, mas também de uma normatividade institucional que cria e perpetua as condições de desigualdade. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério (2003) analisa como as políticas públicas e as práticas institucionais muitas vezes reforçam o status quo, em vez de desafiar as desigualdades raciais. Estes pesquisadores destacam que, muitas vezes, políticas públicas voltadas para a população negra são tratadas de forma superficial e não chegam a atacar as raízes do problema. Em vez de desafiar as estruturas de poder, essas políticas acabam sendo assimiladas de forma a se ajustarem à lógica da exclusão racial.

2.2 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A FALÁCIA DA IGUALDADE RACIAL

O mito da democracia racial, como mencionado anteriormente, foi uma das ideologias mais poderosas para legitimar o racismo no Brasil. Esse mito sugere que, por meio da miscigenação, o Brasil teria superado as divisões raciais que marcam outros países, como os Estados Unidos. No entanto, Sérgio Buarque de Holanda (1995), em suas análises sobre a sociedade brasileira, critica essa visão e aponta que, embora a miscigenação tenha ocorrido de maneira intensa, isso não resultou em igualdade social. Ao contrário, a convivência entre brancos e negros se deu em condições de subordinação e de exploração das populações negras.

Além disso, Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) destaca que o mito da democracia racial não só mascara as desigualdades raciais, como também desvia o foco da luta política necessária para combater o racismo estrutural. A

ideologia da democracia racial alimenta a ideia de que os negros no Brasil já estariam em condições de igualdade, o que desestimula ações afirmativas e políticas de reparação histórica. Gonzalez e Hasenbalg argumentam que o racismo no Brasil é uma construção histórica que, embora se revista de diferentes formas ao longo do tempo, continua a se manifestar nas relações sociais e políticas.

Esse mito é, em última análise, uma barreira ao progresso, pois impede a implementação de políticas públicas que realmente enfrentem as desigualdades raciais. Ao invés de ver o racismo como uma questão social profunda e sistêmica, a ideia de que o Brasil já teria superado a questão racial leva à naturalização da exclusão da população negra das esferas de poder e dos processos de tomada de decisão.

O combate ao racismo estrutural no Brasil exige um conjunto de ações que vão além de programas de conscientização e políticas públicas pontuais. Segundo Silvio Almeida (2018), a equidade racial só será alcançada se houver uma transformação nas próprias estruturas de poder e nas práticas sociais que perpetuam as desigualdades. Nesse sentido, a implementação de políticas afirmativas como as cotas raciais nas universidades públicas tem se mostrado um passo importante, mas é necessário ir além, com um enfoque mais amplo na distribuição de recursos e na transformação do sistema educacional.

Adriana Neves Luz, Carlos Victor Santos Rodrigues, Elisabete Melo Ebling; et al. (2025), em suas pesquisas sobre educação e desigualdade racial, propõe a criação de um sistema educacional que realmente contemple as especificidades da cultura afro-brasileira e forme profissionais com consciência crítica sobre o racismo estrutural. As pesquisadoras e os pesquisadores também defendem que é essencial promover a igualdade de gênero e raça nas universidades e nas empresas, criando ambientes mais inclusivos e que ofereçam reais oportunidades de ascensão profissional para as pessoas negras.

Além disso, Raça e Desenvolvimento (2020) sugere que o governo federal deve criar políticas públicas interinstitucionais para promover a inclusão racial de forma integrada, garantindo que a população negra tenha acesso a saúde, educação e segurança de qualidade. Ação afirmativa, desafrentamento da

pobreza e reparação histórica são fundamentais para corrigir os danos causados por séculos de exclusão racial.

3 O RACISMO ESTRUTURAL E SUAS IMPLICAÇÕES PROFUNDAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O racismo estrutural no Brasil é muito mais do que um simples reflexo de atitudes preconceituosas ou comportamentos individuais discriminatórios. Ele está entranhado nas instituições, nas leis, nas práticas cotidianas, e, sobretudo, nas relações de poder que perpetuam a subordinação da população negra. A estrutura social brasileira foi construída a partir da escravidão e da exploração sistemática dos negros, um legado que não foi superado com a abolição formal da escravidão em 1888, mas, ao contrário, foi institucionalizado, de tal forma que se tornou invisível e difícil de combater.

Raul Seixas, ao cantar que “a casa é sua, a casa é nossa, a casa é minha”, não só entoava uma falsa ideia de coletividade, mas expunha, implicitamente, a hipocrisia que sustenta a ideia de uma democracia racial no Brasil. A suposta harmonia racial, que foi uma narrativa construída ao longo de décadas, impede que se veja o racismo como uma questão estrutural, profunda e interligada com as formas de organização do trabalho, da política e da educação. Silvio Almeida (2018) afirma que a mistura racial no Brasil, longe de ser um modelo de igualdade, na verdade foi uma estratégia de manutenção das desigualdades raciais, onde a exclusão social da população negra foi suavizada pela ideia de que todos estariam, de alguma forma, “misturados”, sem hierarquias claras, mas com claras distinções de classe, poder e privilégio.

Ao longo do tempo, esse discurso “integrador” foi usado para obstruir o reconhecimento do racismo como uma estrutura de opressão, naturalizando a exclusão social dos negros. O mito da democracia racial serve, portanto, como uma cortina de fumaça que mascara o sistema de privilégio da população branca. Kabengele Munanga (2004), ao dismantelar essa falácia, explica que a ideia de que negros e brancos convivem harmoniosamente no Brasil tem um preço: ela impede a sociedade de enfrentar de forma efetiva os problemas

estruturais do racismo, que não são meras opiniões ou atitudes individuais, mas sim práticas estruturadas e sistêmicas.

Em outras palavras, o mito da democracia racial cria a falsa sensação de que o Brasil já teria resolvido suas questões raciais, o que, de fato, é um obstáculo à construção de uma sociedade mais justa. A “igualdade racial” não é uma realidade no país, nem de longe. Ela é um discurso que serve aos interesses das elites raciais e econômicas, que, ao não reconhecerem as profundas desigualdades, perpetuam o status quo de opressão.

3.1 A FALÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SUPERFICIAIS

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades raciais muitas vezes se revelam insuficientes ou até mesmo desconectadas da realidade da população negra. Embora ações como as cotas raciais nas universidades sejam um avanço inegável, elas não atacam as causas estruturais da desigualdade racial, mas apenas tentam corrigir parcialmente os efeitos de um sistema que exclui e marginaliza os negros. Adriana Neves Luz, Carlos Victor Santos Rodrigues, Elisabete Melo Ebling *et al* (2025) observam que as cotas são, muitas vezes, uma forma de legitimar a exclusão social de forma limitada, sem promover mudanças efetivas nas instituições que reproduzem a desigualdade.

Por exemplo, o sistema educacional brasileiro é histórica e estruturalmente excludente. A escola pública, em sua maioria, não está preparada para lidar com as especificidades da cultura negra, tampouco para oferecer aos estudantes negros uma educação de qualidade que os prepare para o mercado de trabalho e para a participação política. Beatriz Nascimento (2021), uma das grandes pensadoras da questão racial no Brasil, destacou a importância de se reconhecer as raízes históricas da discriminação racial para que qualquer ação pública seja capaz de transformar o sistema. Isso exige não apenas cotas, mas a reforma profunda das estruturas de ensino e uma revisão do currículo escolar, que ainda é, predominantemente, branco, eurocêntrico e omissivo sobre as contribuições dos negros para a formação do Brasil.

O mito da meritocracia, que permeia grande parte das políticas públicas no Brasil, também é um fator de perpetuação da desigualdade. O governo e as elites defendem que “todos têm as mesmas oportunidades”, mas essa falácia da meritocracia ignora as condições materiais desiguais que os negros enfrentam desde o nascimento. O acesso ao conhecimento e aos recursos para um desempenho superior nos estudos está condicionado a fatores econômicos e sociais que favorecem a população branca. O sistema educacional, em vez de ser um meio de mobilidade social, acaba funcionando como uma máquina de reprodução das desigualdades.

As ações afirmativas no mercado de trabalho, como as cotas para negros em empresas públicas e privadas, também têm sido amplamente criticadas por não atacarem as causas profundas da exclusão racial. A simples inclusão de negros nas instituições não altera as dinâmicas de poder estabelecidas, nem tampouco impede que as estruturas de discriminação racial continuem a funcionar nos bastidores. O racismo institucional persiste, invisível, enquanto as elites brancas continuam a manter o controle sobre os principais recursos e posições de poder.

3.2 O RACISMO INSTITUCIONAL: A INVISIBILIDADE DO PRECONCEITO NAS ESTRUTURAS DE PODER

O racismo institucional no Brasil opera de forma invisível e sutil, mas suas consequências são devastadoras. O sistema de justiça, por exemplo, é um dos maiores exemplos de como o racismo está incorporado nas instituições. A pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) revela que, embora negros representem a maioria da população, são desproporcionalmente vítimas de violência policial e encarcerados, em um sistema que, de maneira sistemática, marginaliza essa parcela da população. O encarceramento em massa, particularmente dos jovens negros da periferia, é um reflexo de uma política de extermínio, que opera através do racismo institucionalizado nas políticas de segurança pública.

Além disso, a reforma do sistema judiciário precisa ser uma das prioridades da agenda política do Brasil. Conceição Evaristo (2018), ao abordar a questão racial e a literatura negra, destaca como a invisibilidade das vozes negras nos espaços de poder reflete a continuidade de um projeto de nação excludente, que não quer ouvir nem ver a dor e a luta da população negra. A ausência de representatividade negra nos espaços de decisão, no Congresso, nas universidades e no mercado de trabalho, é uma evidência de como o racismo estrutural se reflete na gestão pública e nos modelos de poder instituídos.

A desigualdade racial não pode ser combatida apenas com medidas superficiais. A marginalização dos negros no Brasil está enraizada nas estruturas políticas, econômicas e sociais, e só será superada se houver uma reforma sistêmica que atue sobre essas bases. Kabengele Munanga (2004) é enfático ao afirmar que, enquanto o racismo estrutural não for reconhecido como a base de um sistema desigual, qualquer política será apenas uma tentativa paliativa, sem poder real de transformação.

3.3 CAMINHOS POSSÍVEIS: UM PROJETO DE INCLUSÃO RACIAL DE VERDADE

Para que o Brasil enfrente o racismo estrutural de maneira eficaz, é imprescindível a adoção de uma agenda política radical, que envolva tanto políticas de reparação histórica quanto a revisão crítica das instituições. Sérgio Buarque de Holanda (1995) já alertava que o Brasil, ao contrário de outros países, se acostumou a viver com a exclusão racial de forma dissimulada, o que torna difícil a transformação das estruturas que sustentam as desigualdades.

A reparação histórica deve envolver não só a distribuição de recursos, mas a criação de uma educação antirracista, capaz de formar uma nova geração consciente da necessidade de reconhecimento e reparação dos danos causados pelo racismo. Mais do que cotas, é necessário um redirecionamento dos recursos do Estado, com a criação de políticas públicas que garantam o acesso dos negros ao mercado de trabalho, à educação de qualidade, à saúde e aos direitos civis.

A revisão do sistema de justiça, a promoção de programas de ação afirmativa mais amplos e a criação de espaços de participação política para os negros são fundamentais para que o Brasil possa dar passos reais na direção de uma sociedade mais justa. Como afirma Florestan Fernandes (1965), o Brasil não será capaz de superar o racismo estrutural sem uma revolução cultural, que envolva a democratização do poder, e a reconstrução das bases econômicas e políticas que perpetuam a exclusão racial.

Essa reflexão crítica visa não apenas diagnosticar as falácias das políticas atuais, mas também apontar alternativas concretas para enfrentar o racismo estrutural no Brasil. Com base nas perspectivas de autores como Almeida, Munanga, Nascimento, Gonzalez e Hasenbalg entre outros, é possível vislumbrar um caminho de transformação que, embora longo, é necessário para a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária e justa.

4 A NECESSIDADE DE UMA REFORMA ESTRUTURAL: EDUCAÇÃO, REPRESENTATIVIDADE E ACESSO AO PODER

Embora as políticas públicas como as cotas raciais tenham dado um passo importante para ampliar o acesso da população negra ao ensino superior e ao mercado de trabalho, elas são insuficientes para corrigir as distorções mais profundas da sociedade brasileira. A verdadeira mudança deve ocorrer nas bases das instituições que sustentam a desigualdade racial, ou seja, não basta incluir os negros nas estruturas existentes, é preciso transformar essas estruturas para que se tornem mais inclusivas, justas e representativas.

O sistema educacional brasileiro, por exemplo, continua sendo um forte reprodutor das desigualdades. Beatriz Nascimento (2021), em sua análise sobre as relações raciais, destaca que a ausência de educação antirracista nas escolas e a homogeneização da história brasileira nos currículos são obstáculos à formação de uma sociedade mais igualitária. A educação, longe de ser um meio de ascensão social para os negros, frequentemente serve como um instrumento de manutenção das desigualdades.

É fundamental que as escolas públicas e universidades implementem programas de educação antirracista que ensinem sobre a história da escravidão e a contribuição cultural da população negra no Brasil, não apenas em discursos ou disciplinas isoladas, mas como parte integrante de toda a formação educacional. Como propõe Adriana Neves Luz, Carlos Victor Santos Rodrigues, Elisabete Melo Ebling *et al* (2025), a verdadeira inclusão racial passa pela revisão dos currículos escolares, pela valorização das culturas negras e pela formação de professores e gestores com uma consciência crítica sobre o racismo.

Mais do que isso, a transformação do sistema educacional deve ser acompanhada por uma política mais robusta de acesso ao ensino superior e à pós-graduação para a população negra, com mais bolsas de estudo, apoio financeiro e mentoria acadêmica. Esses programas devem ser acompanhados de políticas públicas de retenção, para evitar que os estudantes negros abandonem seus cursos devido à falta de condições materiais ou ao racismo velado dentro das universidades. A inclusão, portanto, não pode se limitar ao ingresso nas instituições de ensino, mas também à permanência e ao sucesso.

Além da educação, a questão da representatividade também se impõe como uma necessidade urgente. O país ainda é majoritariamente branco nas esferas de poder: Câmara dos Deputados, Senado, Presidência da República, empresas e organizações civis continuam a ser dominados por pessoas brancas, enquanto a população negra, em sua maioria, é sub-representada. Como afirmam Almeida (2018) e Munanga (2004), a ausência de negros nesses espaços de decisão significa a exclusão de suas vozes e, conseqüentemente, a negativa de seus direitos. Sem a representatividade negra em cargos de poder, não há verdadeira chance de mudança na estrutura social. A política de quotas deve ser expandida, não apenas para a educação e o mercado de trabalho, mas também para os espaços de poder, como forma de garantir que as políticas públicas reflitam as necessidades da população negra.

Em relação ao sistema judiciário e de segurança, as reformas necessárias são ainda mais urgentes. A violência policial contra a população negra no Brasil é um exemplo claro de como o racismo está incorporado nas instituições do

Estado. Como aponta Beatriz Nascimento (2021), a violência sistemática contra negros, especialmente nas periferias urbanas, é resultado de uma longa história de criminalização da população negra, desde os tempos da escravidão até as atuais políticas de segurança pública.

A reforma do sistema de justiça deve ser uma prioridade. É preciso garantir que as forças policiais sejam formadas e capacitadas para lidar com a diversidade racial de maneira respeitosa e antirracista. Além disso, é necessário que o sistema de prisões deixe de ser uma máquina de extermínio da juventude negra, como é frequentemente denunciado por organizações de direitos humanos. O sistema de encarceramento em massa deve ser desmontado, e políticas de ressocialização mais humanas devem ser implementadas, com foco na reintegração da população negra à sociedade.

4.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA LÓGICA SOCIAL: A NECESSIDADE DE UMA REPARAÇÃO HISTÓRICA

A reparação histórica para a população negra deve ser uma agenda central da política brasileira. O Brasil deve reconhecer que séculos de escravidão, seguidos de mais de 100 anos de exclusão e discriminação racial, criaram uma herança profunda de desigualdade que continua a afetar a vida dos negros. As políticas de reparação devem incluir não apenas ações afirmativas, mas também um processo de reconhecimento público do sofrimento histórico da população negra e a criação de mecanismos de justiça social para corrigir as desigualdades.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) já alertava para a necessidade de compreender o racismo estrutural não como uma questão de comportamento individual, mas como um produto de um sistema que precisa ser desconstruído. As ações afirmativas são importantes, mas é preciso ir além delas. O Estado deve garantir acesso pleno a todos os direitos fundamentais para a população negra, como saúde, educação de qualidade, segurança, e moradia digna.

Uma verdadeira reparação histórica deve também envolver a criação de políticas de redistribuição de renda, como uma renda básica universal para as

famílias negras mais vulneráveis, programas de inclusão econômica e financiamento de empreendimentos liderados por negros. A reparação não pode ser vista apenas como uma ação de "compensação" material, mas deve ser entendida como um movimento profundo de reconhecimento social e político, que tem como objetivo dar à população negra as condições necessárias para que ela exercite plenamente sua cidadania.

Nancy Fraser (2002) em sua teoria da justiça social, propõe que a redistribuição econômica e o reconhecimento cultural sejam indissociáveis para a construção de uma sociedade justa. A reparação histórica deve estar no centro dessas duas dimensões. Isso significa não apenas garantir acesso a recursos materiais, mas também assegurar que a cultura negra seja reconhecida e valorizada, e que os negros tenham voz nos processos de decisão política e econômica.

4.2 A DESAFIANTE JORNADA PARA A SUPERAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

Embora as condições para a superação do racismo estrutural no Brasil sejam complexas, é preciso afirmar que a mudança é possível. O Brasil precisa, urgentemente, de uma revolução nas suas estruturas de poder, nas suas instituições educacionais, no seu sistema de justiça e na sua cultura política. A verdadeira democracia racial só será possível quando as estruturas que ainda sustentam o racismo sejam completamente transformadas. Como Florestan Fernandes (1965) argumentava, a mobilização social será fundamental nesse processo. O movimento negro tem desempenhado um papel crucial na luta por direitos e na conscientização da sociedade sobre o racismo, e deve continuar sendo o motor principal dessa transformação.

No entanto, para que essa mudança seja efetiva, é necessário que a sociedade brasileira como um todo se comprometa a lutar contra as instituições racistas que continuam a marginalizar os negros, não apenas em discurso, mas também com ações concretas de transformação. Sem isso, o Brasil permanecerá sendo uma sociedade marcada pela injustiça racial, onde a população negra

continuará a ser privada de seus direitos fundamentais, de sua dignidade e de seu lugar de verdade na história e no futuro do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o racismo estrutural no Brasil exige um compromisso coletivo com uma transformação profunda das bases sociais, políticas e econômicas que sustentam a desigualdade racial. O Brasil, com sua história de escravidão e exclusão racial, ainda carrega em suas instituições, práticas e mentalidades a marca do racismo como uma estrutura invisível, mas poderosa, que perpetua as disparidades entre brancos e negros.

A análise crítica das políticas públicas voltadas para a população negra, embora tenha apontado alguns avanços, revela que elas são insuficientes e muitas vezes superficiais, sem uma mudança significativa nas estruturas de poder que favorecem a população branca. As ações afirmativas como as cotas raciais são fundamentais, mas não podem ser vistas como a solução definitiva, uma vez que não atacam as raízes da desigualdade racial, nem garantem transformações nas instituições que ainda discriminam os negros, como o sistema educacional, o mercado de trabalho, o sistema de justiça e as políticas de segurança pública.

A superação do racismo estrutural no Brasil exige uma reforma radical nas instituições e uma redistribuição de poder, para garantir que os negros tenham, de fato, igualdade de oportunidades, acesso aos bens e serviços públicos e participação ativa nas esferas de poder e decisão. A representatividade negra nas instituições é um ponto crucial para a transformação, uma vez que a ausência de negros nos espaços de poder continua a legitimar um sistema que os exclui e marginaliza.

A educação antirracista deve ser uma prioridade para garantir que as novas gerações se libertem dos estereótipos raciais e construam uma sociedade verdadeiramente inclusiva. A reconstrução do sistema de justiça também é fundamental para acabar com a criminalização da população negra e garantir

que o Estado seja verdadeiramente igualitário e protetor de todos os seus cidadãos, independentemente de sua raça.

Por fim, a reparação histórica para a população negra deve ser vista como um passo essencial para corrigir as injustiças históricas e promover a equidade racial. Isso envolve não apenas a redistribuição de recursos, mas também o reconhecimento público das contribuições da cultura negra para a formação da sociedade brasileira e o reconhecimento do sofrimento causado por séculos de escravidão e discriminação.

Embora o caminho para uma sociedade justa e igualitária no Brasil seja longo e árduo, ele é possível. A verdadeira mudança só ocorrerá quando todas as camadas da sociedade – do Estado à população – se comprometerem com a luta por igualdade racial, justiça social e dignidade humana para todos. A mobilização constante das forças sociais, especialmente do movimento negro, será fundamental para garantir que a luta antirracista seja uma agenda política permanente, capaz de enfrentar e desconstruir o racismo estrutural em suas várias formas e manifestações. O Brasil, para ser verdadeiramente democrático e justo, precisa enfrentar seu passado e construir, de forma coletiva e solidária, um futuro sem desigualdade racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. – 2. ed. - Rio de Janeiro, RJ :Pallas Míni, 2018.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. In.: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63 | 2002, publicado a 01 outubro 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1295>. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1295>. Acesso: em: consultado a 2 dez. 2025.

FREITAS, Felipe da (orgs.). **Violência no Brasil**: desafio das periferias. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Silva e Valter Roberto (orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte, Humanitas, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUZ, Adriana Neves; RODRIGUES, Carlos Victor Santos; EBLING, Elisabete Melo et al. (orgs.) **Relações étnico-raciais no contexto educacional**. Formiga: Editora Progresso, 2025

MUNANGA, Kabengele. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2004.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.